

NOTAS SOBRE A FORMULAÇÃO DE UM PROJETO REGIONAL NA ÁSIA-PACÍFICO

PAULO A. P. PINTO

A razão principal para que o Brasil se interesse pela região Ásia-Pacífico deve-se ao fato de que, naquela região, está sendo gerado um dos três laboratórios da modernidade, situando-se os dois outros na Europa e na América do Norte.

Além do fenômeno de desenvolvimento generalizado que caracteriza a região, registra-se, também, momento de estabilidade política sem precedentes, bem como persiste a proposta de abertura para o intercâmbio com o resto do mundo. O Estado passa por transformações e enfrenta verdadeira revolução na geometria regional de poder pós-Guerra Fria.

Novas modalidades de paz estão sendo criadas, em oposição à estrutura de confrontação existente durante o período de bipolaridade mundial. Parcerias distintas foram estabelecidas, inclusive com países situados fora da área - como é o caso entre a China e o Brasil.

Esse processo tem envolvido articulações complexas, que incluem dinâmicas regionais e externas, com conexões entre economias, setores financeiros e sistemas de valores. Isso tudo ocorre - segundo visão pessoal do autor - no âmbito da moldura em que se verifica o ressurgimento de influência da China como fator de estabilidade no Sudeste Asiático, devido à herança cultural que volta a inspirar normas tradicionais de organização da sociedade, bem como de convivência internacional entre a República Popular da China (RPC) e seus vizinhos ao sul.

Nessa perspectiva, quando se procuram novas propostas que sirvam de inspiração, por exemplo, para um Projeto Nacional brasileiro, pode ser útil avaliar como as formações sociais daquela parte do mundo encaram o desafio de criar, em nível regional, um marco de referência que permita, frente às angústias da globalização, afirmar valores, idéias, crenças, consolidados por intermédio de uma história compartilhada numa geografia determinada.

O objetivo deste trabalho, portanto, não é analisar a experiência isolada de algum país asiático, mas sim considerar as transformações que ocorrem na margem do continente banhado pelo oceano Pacífico. Incluem-se, nessa área, os países situados entre o Noroeste e o Sudeste da Ásia, excluindo-se, portanto, o subcontinente indiano.

Antes de elaborar qualquer idéia sobre como a área em questão procura preservar uma identidade própria - seu projeto regional - diante do fenômeno da globalização, é necessário refletir sobre o contexto específico em que se dá sua inserção internacional.

O trabalho será dividido, assim, em três partes. Inicialmente, procurar-se-

á traçar as linhas gerais do que se convencionou chamar de uma III Revolução Industrial, que estaria em curso na Ásia-Pacífico e seria a responsável principal pela modernização da área; em seguida, serão considerados os aspectos culturais das transformações que estão ocorrendo; e, finalmente, abordar-se-á a questão da busca da identidade versus o fenômeno da globalização - com seus desdobramentos tanto no plano interno de alguns países da área, quanto externo, levando à formação de estruturas regionais.

OS ASPECTOS ECONÔMICOS DA EVOLUÇÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Na Ásia-Pacífico, encontra-se em gestação um novo paradigma que incorpora um conjunto de mudanças na economia - com a reorganização constante de suas vantagens competitivas -, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que garantem uma base ideológica de sustentação do modelo que se consolida.

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, contudo, não se deve a experiências isoladas, mas a um fenômeno integrado, que projeta sobre a área, como um todo, os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Diante desse panorama, alguns observadores - entre eles o Embaixador Amaury Porto de Oliveira - afirmam que estaria sendo gerada na Ásia-Pacífico uma terceira revolução industrial, que sucederia à do século XVIII, em que os ingleses conseguiram imprimir sua marca como potência dominante, e a segunda, modelada pelo “american way of life”, no século atual.

A vertente da “cooperação econômica” é a mais conhecida e apontada como a força motora que impulsiona o processo de crescimento daquela vasta e diversificada área. Para os adeptos da teoria dessas sucessivas revoluções industriais, os japoneses estariam a exercer, perante seus vizinhos asiáticos, o papel de “locomotiva regional”, da mesma forma que os ingleses e norte-americanos o tinham desempenhado, quando as duas etapas iniciais de industrialização desenvolveram-se no entorno do Atlântico.

Em linhas gerais, lembra-se que, no período imediato pós Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos iniciaram o processo de instalação de uma “Pax Americana” na orla asiática do oceano Pacífico. Nesse esforço de criação de uma esfera de influência no Extremo-Oriente, os norte-americanos trataram de reconduzir o Japão à posição de centro industrial, vindo a polarizar as economias primário-exportadoras do Sudeste Asiático, que deveriam tornar-se fornecedoras dos insumos energéticos e das matérias-primas necessárias ao progresso nipônico, bem como ocuparem a posição de absorvedoras potenciais das manufaturas de baixa e média tecnologia que deveria produzir o Japão.

A esse eixo econômico foi também atribuída a tarefa de linha de contenção do comunismo, da China em particular. Gradativamente, foram incluídos a Coréia do Sul e Taiwan à fronteira ideológica então estabelecida pelos Estados Unidos,

durante o período da Guerra Fria.

Para dar funcionalidade a essa cadeia de países muito diversos entre si, os EUA desenvolveram por toda a região vínculos comerciais, financeiros e de assistência técnica conducentes a três objetivos interligados: a reconstrução econômica; o fortalecimento no plano interno de elites políticas pró-americanas; e a consolidação de relações estratégicas cimentadas pela interdependência econômica. Criaram-se, assim, as condições sobre as quais se assentou a modernização da orla asiática do Pacífico, com o Japão como locomotiva.

Nos anos 70, na medida em que se foi esgotando o paradigma da II Revolução Industrial, que levava os Estados Unidos à condição de potência hegemônica deste século, a Ásia-Pacífico começou a escapar do controle dos EUA. O Japão passou a emitir sinais de que um novo processo de elaboração paradigmática estava sendo iniciado. Em seguida, os “novos países industrializados” (NPIs) da área, Coreia do Sul e Taiwan, em particular, articularam-se com o modelo japonês. Um eixo de propagação vertical desse modelo, em formato que se tornou de uso comum de “revoada de gansos”, desceu pela orla asiática do Pacífico, do Japão à Indonésia.

O vôo dos gansos se tornaria mais complexo e rico com o início do processo de modernização da China, que nos anos 80 passou a buscar entrosamentos horizontais em distintos níveis da revoada. No momento, uma ordem regional distinta está sendo criada, com o surgimento de pólos adicionais, em torno dos chamados “tigres” ou das “novas economias industrializadas”. Os efeitos desses reajustes são evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluem parcerias entre o Japão, novas economias industrializadas, países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e partes da China.

Toda essa movimentação insere-se, também, em contexto mais amplo, marcado por “estruturas regionais em construção”, que estão surgindo, seja como resultado do processo auto-sustentado de crescimento econômico, seja por necessidade de dinâmica política intra-asiática ou ditada por imposições de potências externas.

A questão dos direitos humanos tem sido a mais controvertida nas relações recentes entre a ASEAN e as democracias ocidentais. Pressões externas levaram a sucessivas respostas conjuntas dos Estados-Membros, por intermédio de centros de estudos estratégicos da Associação.

A posição aseanista sobre a matéria poderia ser resumida nos seguintes termos: os direitos humanos considerados em documentos internacionais incluem não apenas os civis e políticos, mas também os de caráter econômico, social e cultural; todos esses devem merecer prioridade e valor idênticos e sua aplicação deve ser universal, isto é, tanto no mundo em desenvolvimento, quanto no desenvolvido.

Verifica-se, por outro lado, crescente tomada de consciência pelas nações do Sudeste Asiático, quanto à conveniência da adoção mais ampla de direitos civis e políticos, nos moldes dos existentes no Ocidente. Sob essa perspectiva, contestam-se, cada vez mais, as restrições impostas com base em segurança, moralidade e ordem pública. Questiona-se, a propósito, se tais limitações são legítimas ou se seriam impostas meramente para defender regimes de exceção.

Entre os fatores conducentes a essas mudanças de atitude encontram-se:

progresso econômico e maior mobilidade social nos países da região; melhoria nas comunicações globais, que possibilita divulgar amplamente os abusos contra os direitos humanos; movimentos populares, que derrubaram regimes nas Filipinas e na Tailândia; papel atuante de organizações não-governamentais; e, por que não, pressões exercidas pelos países ocidentais.

A ESPECIFICIDADE DO QUADRO DE SEGURANÇA ASIÁTICO

Algumas idéias geradas, no momento, em centros de estudos estratégicos asiáticos propõem deixar de lado as teorias de “power politics”, importadas do Ocidente, com suas formas de dominação dos fracos pelos fortes, e especular quanto à possibilidade de que, com sua ascensão econômica e política, a Ásia possa fazer valer alguns dos enunciados de seus “cinco princípios de coexistência pacífica” ou dos “dez princípios de Bandung”, em que a tônica é atribuída à criação de um “mundo pluralístico onde todos os países seriam colocados em nível de igualdade”.

Nessa perspectiva, o conceito de segurança regional buscado na Ásia-Pacífico leva em conta um conjunto de fatores muito mais complexos do que os existentes durante a fase da Guerra Fria, quais sejam:

A) Uma noção mais abrangente de ameaça à segurança, que inclua não apenas o perigo de agressão militar, mas também limitações impostas nos setores econômico, científico, tecnológico, político e cultural;

B) A pluralização das fontes de ameaças, que poderiam vir a proceder não apenas das potências tradicionais, mas também de outras direções, dependendo de sua natureza ou de seu alcance;

C) A descentralização das fontes de poder, como consequência do colapso da estrutura bipolar de concentração EUA-URSS, e a dispersão dos pólos políticos e econômicos, através da Ásia-Pacífico, o que torna o controle da área por uma única potência extremamente difícil;

D) A tendência à multilateralização, como foro de coordenação dos fatores de segurança regional, na medida em que, conforme mencionado no item anterior, seria impossível a uma única potência assumir a hegemonia da área. Exemplo dessa evolução seria encontrado no debate já estabelecido por ocasião dos dois “ASEAN FORA”, em 1994-95, conforme será mencionado a seguir;

E) O relaxamento de tensões, resultante da crescente interdependência entre as economias asiáticas e do visível desejo de todas as nações da área em priorizar o quadro de estabilidade que continue a proporcionar o atual ritmo de desenvolvimento.

Dessa forma, o conceito regional de segurança não se resume mais a fatores como os de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. Eventos recentes, como o colapso dos regimes autoritários na Europa Oriental e a emergência de vastos blocos comerciais, no continente europeu e na América do Norte, atestam que existiriam, agora, ameaças diversificadas à estabilidade dos Estados.

Como consequência, os países da área passaram a associar “segurança”

com a capacidade de cada nação e da região como um todo, tanto de promover o desenvolvimento econômico, quanto de resistir à agressão externa. Esse conceito foi definido como de “resilience”, seja no plano nacional ou regional.

O “ASEAN REGIONAL FORUM”

Os Estados fundadores da ASEAN têm procurado desempenhar papel central na formação de esquema de segurança que venha a abranger toda a Ásia-Pacífico, com base na experiência adquirida pela Associação na prevenção de conflitos no Sudeste Asiático.

Nesse processo, é atribuída prioridade à consolidação de mecanismos de consulta que facilitem um “constructive engagement” entre as partes envolvidas em determinada disputa. Isto é, não se concentram as atenções iniciais em negociações que evidenciem claramente um problema específico. Primeiro, na forma de ambiguidade tipicamente asiática, discutem-se os interesses em comum, depois, as questões em debate são analisadas à luz do quadro mais amplo do ideal da preservação da estabilidade.

Foi criado, para tanto, o chamado “Asean Regional Forum”, que desenvolve seus trabalhos em três etapas. Na primeira, há uma reunião anual de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países membros (Cingapura, Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Brunei e Vietnã). Em seguida, acontece o encontro com os Chanceleres dos “parceiros de diálogo”, EUA, Austrália, Comunidade Européia (CE), Canadá, Japão, Nova Zelândia e Coréia do Sul. Finalmente, forma-se o ARF, com a participação dos Ministros da China, Rússia, do Laos, do Camboja e de Papua Nova Guiné, no total de chefes da Diplomacia de 19 países.

Nas palavras do Secretário-Geral da ASEAN, Ajit Singh, “The whole thing is premised on the fact that we want to have a more stable, predictable order in Southeast Asia”. Os temas principais a serem debatidos dizem respeito à consolidação do Camboja, o desafio nuclear da Coréia do Norte, os crescentes gastos com armamentos na Ásia-Pacífico, a política de Direitos Humanos em Myanmar e as disputas territoriais no Mar do Sul da China.

O ARF apresenta, ainda, sérias limitações, devido à não inclusão de Taiwan e da Coréia do Norte - dois dos principais focos de possível instabilidade. Oferece, de qualquer forma, a proposta mais concreta para o estabelecimento de um mecanismo de segurança e cooperação na Ásia-Pacífico.

CONCLUSÃO

A História tem demonstrado que, quando em ascensão, civilizações gostam de atribuir seu sucesso econômico não apenas a algum ganho, derivado de simples vantagens competitivas. Todas procuram identificar características únicas de sua cultura, para justificar os avanços.

Assim, os britânicos atribuíam a dotes industriais específicos sua liderança no século passado, enquanto os norte-americanos pretendem explicar sua hegemonia moderna por seu individualismo.

Talvez tenha chegado a hora de a Ásia-Pacífico buscar seus próprios valores históricos para servir de base ideológica à supremacia econômica atual. Quanto a esse aspecto, cita-se sempre que o legado confucionista seria a explicação para o fenômeno de crescimento acelerado lá em curso. O sábio chinês, contudo, não escreveu um mero manual de “como tornar-se rico”. A obra de Confucius, na verdade, prescreve um elenco de normas de conduta social.

Entre os comportamentos sugeridos em seus escritos, encontram-se : a disciplina social e a dedicação ao trabalho; a ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da educação; a expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever.

Esses não deixam de ser comportamentos dignos de serem incluídos no projeto nacional de qualquer país interessado em ingressar na modernidade.

Paulo Antonio Pereira Pinto é Diplomata, Conselheiro, à disposição da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHINA INSTITUTE OF CONTEMPORARY INTERNATIONAL RELATIONS. On the Establishment of Asia-Pacific Multilateral Security Dialogue Mechanism. [S.l.], Feb. 1994.

CHINA INSTITUTE OF CONTEMPORARY INTERNATIONAL RELATIONS. A Survey of Current Asia-Pacific Security. [S.l.], July 1994.

COLLOQUIUM ON NEW DIRECTIONS FOR ASEAN. cingapura, ASEAN-ISIS, 12 a 14 de setembro de 1994.

DUTT, Vidya Prakash. China and the World: an analyses of Communist China's Foreign Policy. New York, Published by Frederick A. Praeger, 1964.

ELEGANT, Robert. Pacific Destiny: inside Asia today. New York, Avon Books, 1990.

FAIRBANK, John K.; REISCHAUER, Edwin O.; CRAIG, Albert M. East Asia: transition and transformation. [S.l.], Modern Asia Editions, 1976.

FAIRBANK, John K.; SSU-Yu Teng. China's Response to the West: a documentary survey 1839-1923. New York, Atheneum, 1966.

FAIRBANK, John K. The Great Chinese Revolution - 1800-1985. [S.l.], Pan Books, 1988. p. 277.

FITZGERALD, C.P. The Third China : The Chinese Communities in Southeast Asia. Melbourne, Cheshire, 1965. 1v.

FUNABASHI, Yoichi. The Asianization of Asia. Foreign Affairs, New York, Nov./Dec. 1993. [S.l.] Asian Studies, University of Hong Kong, 1991.

KRISTOF, Nicholas D. The Rise of China. Foreign Affairs, New York, v. 72, n. 5.

SEGAL, Gerald. Rethinking the Pacific. Oxford, Clarendon Press, 1990, p. 3.

VANDERMEERSCH, Leon. Le Nouveau Confucianisme. Le Débat, [S.l.],

n. 66, Sept./Oct. 1991.

WANANDI, Jasuf. Southeast Asia and Pacific Asia : a regional perspective. Trabalho apresentado no Seminário “Southeast Asia and Pacific Asia Security in the Final Decade of the Twentieth Century”, realizado em Kuala Lumpur, de 24 a 25 de março de 1988.

WANANDI, Jasuf. Human Rights and Democracy in the ASEAN Nations: the next 25 years. Manila, ASEAN-ISIS, Oct./ Nov. 1992.

WANG, Gung-Wu. Community and Nation : essays on Southeast Asia and the Chinese.[S.l.] Asian Studies Association of Australia, Heinemann Educational Books (Asia) Ltde; George Allenand Unwin Australia. 1981.

WEST, Guy. The New Asia. [S.l.], The New American Library, 1965. p. 300.

WING, Tsit Chan. A Source Book in Chineses Philosophy. New Jersey, Princeton University. 1973.

WONG, John. The Political Economy of China's Changing Relations with Southeast Asia. Hong Kong, St. Martin. 1974. p. 7; 65-119.

YAHUDA, Michael. The China Threat.[S.l.] ISIS-MALAYSIA. 1986. p.24.

ARTIGOS DE IMPRENSA E PUBLICAÇÕES ESPECIALIAZADAS

Far eastern economic review. Yearbook, de 1978 a 1994.

Breve recuento del pensamiento diplomático de Zhou Enlai. Beijing Informa, n. 14, 04.04.89. p. 12-17.

Sober el concepto de la guerra y la paz de Deng Xiaoping. Beijing Informa, n. 14, 04.04.89.

East Asia a more useful model for China .The Strait Times, Cingapura, 13.01.90.

East Asia better model than West for China. The Strait Times, Cingapura, 11.01.90.

The Overseas Chinese. The Economist, 18.07.92.

Overseas Chinese Major Investors. Manila Bulletin, 02.11.92.

Asia's different drum. Time, 14.06.93.

Far eastern economic review, declarações da Professor Chan Heng Chee. Artigo intitulado “The Asian Way”, publicado em março de 1994, p. 22- .